

O CAMARÃO CULTIVADO E AS FLORESTAS DE MANGUE DO NORDESTE

Marcelo Borba
Josemar Rodrigues
abccam@abccam.com.br

Trabalhos de cientistas brasileiros e teses de Universidades Regionais do Nordeste e da Universidade de Duke, dos Estados Unidos, editados e circulados nos últimos tempos, convergem para a conclusão comum em relação a um fato que, por sua relevância social e econômica, merece ser divulgado para conhecimento da sociedade nordestina e brasileira. O cultivo do camarão marinho, que encontra condições ideais para o seu desenvolvimento nos estuários da Região Nordeste, não é responsável pela redução de suas florestas de mangue que, contrariamente ao que afirmam certos setores ambientalistas, apresentaram expressivos aumentos de suas áreas nos últimos 30 anos segundo estudo do LABOMAR. Se o fato tem o respaldo da ciência, não devemos duvidar da importância e da necessidade de divulgá-lo para que a verdade prevaleça na mente das pessoas e no seio da sociedade.

O estudo acadêmico, pelo instrumental analítico que usa, pelo rigor científico e pela responsabilidade social e ética nele embutida, é o método clássico que mais aproxima o ser humano da luz que ilumina o caminho e o conduz à realidade. É a via sólida e confiável para que prevaleça a verdade e, portanto, para que sejam destruídos os mitos criados pelas ideologias, pelos preconceitos, ou ainda, por interesses estranhos que muitas vezes permeiam os temas e assim tentam confundir a sociedade.

As premissas e hipóteses que justificam as citadas teses universitárias convergem também para outro aspecto, isto é, tendem a atribuir ou citam literatura atribuindo à carcinicultura marinha, a principal responsabilidade pela destruição dos manguezais em vários países, principalmente do Continente Asiático. Esse destaque negativo, que à primeira vista poderia ser interpretado como certo viés dos autores em relação ao camarão cultivado, o que de fato não é, nas considerações finais dos estudos acadêmicos torna-se um fator altamente positivo para o caso da atividade no Brasil. Ou seja, desfaz ou deixa sem efeito a premissa básica assumida, com a conclusão de que a aqüicultura do camarão marinho não está incluída entre as causas da destruição das florestas de mangue no Nordeste brasileiro. E se lembrarmos que a Região detém 85% das áreas de manguezais do Brasil e, responde por 98% da produção do camarão cultivado do país, a conclusão dos trabalhos científicos permite afirmar que a carcinicultura marinha brasileira se desenvolveu sem afetar ou utilizar os manguezais do Nordeste.

Se as citações das teses sobre outros países produtores são efetivamente corretas, como devem ser, o Brasil, tão criticado mundo a fora pelo desmatamento da floresta amazônica, talvez seja o único país tropical do globo que desenvolve o cultivo do camarão marinho, iniciado há três décadas, sem afetar a integridade de suas florestas de mangues. Notícia que, pelo potencial da atividade para a geração de emprego e renda e para a

inclusão social na faixa rural costeira do Nordeste, deve ser comemorada e divulgada com o destaque que merece, para que os diversos grupos que compõem a nossa sociedade, os consumidores de camarão e os agentes do desenvolvimento econômico e social da Região e do Brasil fiquem sabendo que mais um mito foi desfeito pela investigação científica e que, portanto, podem assumir uma posição pró-ativa no que se refere à promoção e fomento da aquicultura com o camarão marinho.

Sendo assim, cabe a pergunta: como não usar um recurso natural da Região Nordeste, que detém um dos índices mais baixos de desenvolvimento humano do país, para a expansão da carcinicultura? E, principalmente, se com o seu nível de lucratividade em espaços relativamente pequenos, a atividade pode ser usada para constituir a pequena unidade de produção contribuindo assim para a inclusão e social no campo?

No âmbito do empreendimento de tamanho médio e grande, outro trabalho, também de uma importante Universidade da Região Nordeste (UFPE), revela ser o cultivo do camarão a atividade do setor primário regional que mais gera emprego por unidade de área cultivada.

Diante das evidências científicas emanadas das referidas Universidades, os responsáveis pela adaptação e uso da tecnologia aquícola no Brasil, pelas medidas de preservação do meio ambiente nos seus sistemas de produção e pela geração de renda e bem-estar social no campo - *técnicos, produtores e trabalhadores envolvidos na carcinicultura marinha* - merecem o reconhecimento da sociedade pela contribuição que estão dando ao almejado e necessário desenvolvimento sustentável da faixa costeira rural da Região Nordeste.

